

10/05/2016

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 133.234 PARANÁ

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
PACTE.(S)	: ALTAIR SPARREMBERGER DE OLIVEIRA
PACTE.(S)	: MARILENA SPARREMBERGER DE OLIVEIRA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSUAL PENAL. CRIME DO ART. 273, § 1º-B, INC. I, DO CÓDIGO PENAL. ALEGAÇÃO DE INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: INVIABILIDADE. ORDEM DENEGADA.

1. A tipicidade penal não pode ser percebida como exame formal de subsunção de fato concreto à norma abstrata. Além da correspondência formal, para a configuração da tipicidade é necessária a análise materialmente valorativa das circunstâncias do caso, para verificação da ocorrência de lesão grave e penalmente relevante do bem jurídico tutelado.

2. Na espécie tem-se o alto grau de reprovabilidade do crime praticado pelos Pacientes, consistente em introduzir em território nacional, entre outras mercadorias, nove cartelas do medicamento Atenix, no total de noventa comprimidos, contendo sibutramina na composição, classificada como substância psicotrópica pela Anvisa, decorrendo daí a expressividade da lesão jurídica causada, pelo que deve ser afastada a incidência do princípio da insignificância.

3. Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência do Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade, **em denegar a ordem**, nos termos do voto da Relatora. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello.

HC 133234 / PR

Brasília, 10 de maio de 2016.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA** - Relatora

10/05/2016

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 133.234 PARANÁ

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
PACTE.(S)	: ALTAIR SPARREMBERGER DE OLIVEIRA
PACTE.(S)	: MARILENA SPARREMBERGER DE OLIVEIRA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Relatora):

1. *Habeas corpus*, com requerimento de medida liminar, impetrado pela Defensoria Pública da União, em benefício de Altair Sparrenberger de Oliveira e Marilena Sparrenberger de Oliveira, contra julgado da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que, em 15.12.2015, negou provimento ao Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial n. 1.497.442, Relator o Ministro Sebastião Reis Júnior.

O caso

2. O Ministério Público Federal denunciou os Pacientes pela prática do delito do art. 33, *caput*, c/c o art. 40, inc. I, da Lei n. 11.343/2006, “*por introduzirem em território nacional substâncias psicotrópicas, sujeitas a controle especial, sem autorização da autoridade competente*”. Foram apreendidas, entre outras mercadorias, “9 (nove) cartelas do medicamento ATENIX, um total de 90 (noventa) comprimidos. O laudo pericial criminal federal nº 1174/2013 – SETEC/SR/DPF/PR – evento 8, LAU1, do inquérito policial- apontou presença da substância sibutramina na composição do referido medicamento, classificada como substância psicotrópica, conforme Resolução RDC nº 39/ANVISA, de 9 de julho de 2012”.

3. Tem-se na denúncia:

“ALTAIR SPARREMBERGER DE OLIVEIRA e MARILENA

HC 133234 / PR

SPARRENBURGER DE OLIVEIRA, dolosamente e cientes da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas, em comunhão de esforços e unidade de desígnios, introduziram em território nacional substâncias psicotrópicas, sujeitas a controle especial, sem autorização da autoridade competente.

Consta do incluso inquérito policial, no dia 14 de janeiro de 2011, por volta das 13h30, nas proximidades do Hotel Tulipa, bairro Vila Portes, nesta cidade de Foz do Iguaçu/PR, agentes da Receita Federal abordaram o veículo GM/Monza, placas IBF-4073, conduzido por ALTAIR SPARRENBURGER DE OLIVEIRA, acompanhado de MARILENA SPARRENBURGER DE OLIVEIRA.

No interior do veículo foram encontradas diversas mercadorias de procedência estrangeira, desacompanhadas de documentação de regular importação, dentre elas, 9 (nove) cartelas do medicamento 'ATENIX', com 10 comprimidos em cada, totalizando 90 (noventa) comprimidos, conforme consta no evento 1 ('NOT_CRIME3').

O laudo de perícia criminal federal n. 1174/2013 - SETEC/SR/DPF/PR (evento 8 - 'LAU1') apontou a presença da substância sibutramina na composição do medicamento 'ATENIX', aduzindo serem os produtos listados como substâncias psicotrópicas anorexígenas, nos termos da resolução - RDC n. 39, de 9 de julho de 2012, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

São notórios os efeitos danosos do uso da sibutramina, podendo citar-se, dentre outros, a dependência física ou psíquica. Em razão disto, estão proscritas em todo o território nacional, e classificadas como substâncias psicotrópicas nos termos da Resolução RDC n. 39/ANVISA, de 9 de julho de 2012.

A prova da materialidade do crime segue demonstrada pelo auto de infração e apreensão (folhas 3/4, 'NOT_CRIME3', evento 1) e pelo laudo de perícia criminal federal n. 1174/2013-SETEC/SR/DPF/PR (evento 32, 'LAU1').

A autoria está demonstrada pela situação de flagrância descrita no auto de infração e apreensão de mercadorias, bem como pela confissão dos denunciados, ao afirmar terem adquirido as mercadorias no Paraguai, consoante consta no evento 5, 'PRECATORIA1'. Em que pese tenham os denunciados negado a posse dos medicamentos,

HC 133234 / PR

estes foram encontrados juntamente com as mercadorias, reforçando os indícios de autoria do crime.

A transnacionalidade da conduta resta evidenciada pela declaração dos acusados, ao afirmar serem as mercadorias por eles adquiridas e transportadas como originárias do Paraguai.

Em razão de todo o exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL denuncia ALTAIR SPARRENBURGER DE OLIVEIRA e MARILENA SPARRENBURGER DE OLIVEIRA pela prática do delito previsto no artigo 33, caput, c/c artigo 40, inciso I, da Lei 11.343/06, requerendo seja autuada e recebida a denúncia e instaurado o devido processo penal, citando-se os acusados para, no prazo previsto no artigo 396 do Código de Processo Penal, responderem por escrito à acusação. Após, seja iniciada a instrução criminal, observando o rito previsto na legislação processual penal".

4. O Juízo de origem "reclassificou a conduta atribuída aos acusados para o delito previsto no art. 273, § 1º-B, I, do Código Penal. Além disso, rejeitou a denúncia por entender que falta justa causa para a propositura da ação penal, considerando ínfima a quantidade de medicamentos apreendida em poder dos denunciados, impondo a aplicação do princípio da insignificância e decorrendo o afastamento da tipicidade. Por fim, (...) homologou o arquivamento do feito em relação ao delito previsto no art. 334 do Código Penal, relativamente às mercadorias diversas dos medicamentos, também indevidamente internalizadas pelos denunciados".

5. Contra essa decisão o Ministério Público Federal interpôs o Recurso em Sentido Estrito n. 5005753-53.2014.404.7002, alegando que, "mesmo com a reclassificação da conduta para o delito previsto no art. 273, § 1º-B, I, do Código Penal, não está afastada a tipicidade. Além disso, entende não ser aplicável o princípio da insignificância em casos de internalização de medicamentos, colacionando precedente nesse sentido, o qual leva em consideração o alto grau de reprovabilidade da conduta e a efetiva ofensa à saúde pública. Postulou seja dado provimento ao recurso interposto, para que seja recebida a denúncia".

HC 133234 / PR

6. Em 20.8.2014, a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da Quarta Região, por maioria, negou provimento ao Recurso em Sentido Estrito n. 5005753-53.2014.404.7002:

“PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO CRIMINAL EM SENTIDO ESTRITO. ART. 273, § 1º-B, I, DO CÓDIGO PENAL. MATERIALIDADE E AUTORIA. DENÚNCIA REJEITADA. ADEQUAÇÃO TÍPICA. EMENDATIO LIBELLI. MATÉRIA RESERVADA À INSTRUÇÃO CRIMINAL. INSIGNIFICÂNCIA. COMPROVAÇÃO. ADEQUAÇÃO TÍPICA. INSIGNIFICÂNCIA DA CONDUTA.

1. Materialidade comprovada com a prova colhida durante o Inquérito Policial, e presença de indícios de autoria delitiva por parte do denunciado.

2. A emendatio libelli, salvo hipóteses excepcionais, deve ficar reservada para o momento da prolação da sentença, ocasião em que o magistrado, diante de todas as circunstâncias de fato e de direito, terá a melhor percepção do delito praticado.

3. Em regra, não é lícito ao Juiz, no ato de recebimento da denúncia, quando faz apenas juízo de admissibilidade da acusação, conferir definição jurídica aos fatos narrados na peça acusatória. Poderá fazê-lo adequadamente no momento da prolação da sentença, ocasião em que poderá haver a emendatio libelli ou a mutatio libelli, se a instrução criminal assim o indicar.

4. Considerando a aquisição de baixa quantidade de medicamento, para uso próprio, o Estado-juiz não pode deixar que indivíduos venham a sofrer indevidamente por um processo em decorrência de conduta que sequer arranha o tipo penal, sendo devido reconhecimento da insignificância da conduta.

5. O STF já chancelou a aplicação do princípio, desde que balizada pelos seguintes vetores objetivos: (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

6. Recurso criminal em sentido estrito improvido”.

7. O Ministério Público Federal interpôs o Recurso Especial n.

HC 133234 / PR

1.497.442, pedindo o afastamento do princípio da insignificância, ao qual o Relator, o Ministro Sebastião Reis Júnior, do Superior Tribunal de Justiça, negou seguimento em 22.5.2015.

8. Contra essa decisão o Ministério Público Federal opôs embargos declaração e, em 17.11.2015, o Ministro Sebastião Reis Júnior, do Superior Tribunal de Justiça, decidiu acolher esses embargos com efeitos infringentes e dar provimento ao Recurso Especial n. 1.497.442 *“para afastar a incidência do princípio da insignificância e determinar, junto ao juízo de primeiro grau, o recebimento da denúncia e o prosseguimento da ação penal em desfavor dos ora embargados, nos termos dispostos nesta decisão”*.

9. Contra essa decisão, a defesa interpôs agravo regimental, ao qual a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça negou provimento em 15.12.2015:

“AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. ART. 619 DO CPP. DIREITO PENAL. CRIME CONTRA A SAÚDE PÚBLICA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICAÇÃO. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO PENAL.

1. A jurisprudência deste Superior Tribunal firmou-se no sentido de que, a despeito do valor ínfimo (ou inexistente) da res, inadequada a incidência do princípio da insignificância se o agente introduz no País medicamentos não autorizados pelas autoridades competentes, em face do alto grau de reprovabilidade da importação irregular de medicamentos.

2. O agravo regimental não merece prosperar, porquanto as razões reunidas na insurgência são incapazes de infirmar o entendimento assentado na decisão agravada.

3. Agravo regimental improvido”.

10. Esse julgado é o objeto do presente *habeas corpus*, no qual a Impetrante alega ser *“de clareza solar a nítida ofensa à Súmula 7 do Colendo Tribunal Superior, ensejando a nulidade do acórdão fustigado. Como bem se sabe,*

HC 133234 / PR

a apreciação de questões que revolvem o substrato fático-probatório, incumbem às instâncias ordinárias. Razão pela qual, não funciona os tribunal superiores como terceira instância, restringindo-se o ensejo dos recursos extraordinário e especial à readequação do julgado recorrido às teses de direito”.

Sustenta que o “Superior Tribunal de Justiça afrontou o enunciado da súmula 07 e o verbete 279 do Excelso Pretório, uma vez que levou em consideração o reexame de matéria fático-probatória para provimento do recurso especial”.

Pede ainda a aplicação do princípio da insignificância, pois, no “caso em tela, verificou-se a apreensão de pouca quantidade de medicamentos de procedência estrangeira importados de forma irregular. Nessa esteira, como exarado na sentença recorrida, o art. 273 do CP visa proteger a saúde pública como um valor coletivo, coibindo a prática de comercialização de medicamentos, notadamente quando em grandes proporções, o que, entretanto, não é o caso dos autos”.

Sustenta que “nove cartelas de ‘Atenix’ contendo 10 comprimidos em cada consistem em quantidade ínfima, não havendo ofensa material significativa ou perigo relevante ao bem jurídico tutelado, não devendo o direito penal se ocupar de conduta que não importa em lesão significativa, ainda mais quando não demonstrada na denúncia o dolo para a prática do delito em tela, uma vez que ausente a destinação comercial”.

Este o teor dos pedidos:

“A) Conceder a medida cautelar, liminarmente pleiteada, a fim de suspender a deflagração da ação penal na origem, vez que o medicamento trazido para o território nacional, por sua pequena monta, nitidamente era para consumo próprio, sequer ameaçando o bem jurídico tutelado pela lei em comento, até decisão final de mérito, comunicando-se, inclusive, o Juízo de primeira instância acerca do teor da liminar proferida.

B) No mérito, conceder a ordem de habeas corpus, de modo a

HC 133234 / PR

restabelecer os efeitos da sentença e acórdão originários, declarando a subsunção dos fatos ao previsto no artigo 273 do CP e ordenar a aplicação do princípio da insignificância, nos termos das diretrizes traçadas por esta Egrégia Corte Suprema;

C) Sejam solicitadas as informações de estilo, caso V. Ex.^a entenda necessário;

D) Requer, por derradeiro, a intimação pessoal do Defensor Público Geral Federal para acompanhar o presente feito, contados em dobro todos os prazos, na forma do inciso I do art. 44 da Lei Complementar nº 80/1994”.

11. Em 1º.3.2016, determinei vista ao Procurador-Geral da República, que opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

10/05/2016

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 133.234 PARANÁ

VOTO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Relatora):

1. Razão jurídica não assiste à Impetrante.

2. Ao proferir o julgado objeto da presente impetração, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça assentou:

“No caso, narra a denúncia que, em 14/1/2011, por volta das 13h30, em Foz do Iguaçu, no Bairro Vila Portes, servidores federais abordaram os agravantes conduzindo o veículo GMMONZA, de placas IBF 4073, com diversas mercadorias de procedência estrangeira sem documentação comprobatória de regular importação, sendo que, dentre elas, lograram encontrar 9 (nove) cartelas do medicamento ATENIX, com 10 (dez) comprimidos cada, totalizando em 90 (noventa) comprimidos (fls. 2/7 e 68/78).

Nesse contexto, o Laudo de Perícia Criminal Federal n. 1.174/2013 – SETEC/SR/DPE/PR (evento 8 – LAU1) apontou a presença da substância sibutramina na composição do medicamento Atenix, aduzindo ser tal produto substância psicotrópica anorexígena (fls. 2/7 e 68/78).

O agravado, Parquet, almeja que tal conduta seja tipificada nos termos do art. 273 do Código Penal e que seja recebida a denúncia em desfavor dos ora agravantes (fls. 84/98).

A jurisprudência deste Superior Tribunal firmou-se no sentido de que, a despeito do valor ínfimo (ou inexistente) da res, inadequada a incidência do princípio da insignificância se o agente introduz no País medicamentos não autorizados pelas autoridades competentes, em face do alto grau de reprovabilidade da importação irregular de medicamentos (AgRg no AREsp n. 654.319/SP, Ministro Gurgel de Faria, Quinta Turma, DJe 2/6/2015).

Na espécie, a suposta conduta imputada aos agravantes – transportar medicamentos de origem estrangeira e procedência

HC 133234 / PR

incerta, cuja importação sem autorização é proibida, e sem registro na Anvisa – enquadra-se, ao menos em princípio, no tipo previsto no art. 273, §§ 1º e 1º-B, I, IV e V, do Código Penal, razão pela qual eventual desclassificação para o delito de contrabando depende do que será apreciado durante a instrução processual, não sendo possível neste momento processual (RHC n. 56.259/PR, Ministro Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do T/PE), Quinta Turma, DJe 17/8/2015).

Com efeito, impõe-se o recebimento da denúncia em desfavor dos agravantes para o adequado prosseguimento da ação penal.

Por fim, não merece reparo a decisão agravada ao determinar o seguinte (fl. 196):

[...] Ante o exposto, com fulcro nos arts. 28 da Lei n. 8.038/1990, 34 do RISTJ e 557, caput, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso especial para o fim de determinar o prosseguimento da ação penal em desfavor do recorrido, junto ao Juízo da 14ª Vara Federal do Rio Grande do Norte, ação penal n. 0005639-86.2013.4.05.8400, nos termos desta decisão.

[...]

Diante disso, o agravo regimental não merece prosperar, porquanto as razões reunidas na insurgência são incapazes de infirmar o entendimento assentado na decisão agravada”.

3. A autoridade coatora não procedeu ao reexame de prova. Restringiu-se a afastar a incidência do princípio da insignificância mediante reavaliação do conjunto fático-probatório incontroverso apresentado nas instâncias antecedentes. Não se há cogitar de contrariedade à Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça ou da Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal.

4. A Impetrante pede ainda a incidência do princípio da insignificância.

5. A tipicidade penal não pode ser percebida como o exercício

HC 133234 / PR

apenas formal de adequação do fato concreto à norma abstrata. Além da correspondência formal, para a configuração da tipicidade, é necessária a análise materialmente valorativa das circunstâncias do caso concreto, no sentido de se verificar a ocorrência de alguma lesão grave, contundente e penalmente relevante do bem jurídico tutelado.

O princípio da insignificância reduz a aparente proibição descrita no tipo legal e, por consequência, torna atípico penalmente o fato previsto, apesar de haver lesão a bem juridicamente tutelado pela norma penal.

6. Pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, *“para a incidência do princípio da insignificância devem ser relevados o valor do objeto do crime e os aspectos objetivos do fato, tais como a mínima ofensividade da conduta do agente, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica causada”* (HC n. 109.739, de minha relatoria, DJe 14.2.2012).

7. Na espécie vertente dos autos, contudo, a análise dos documentos que instruem o pedido e dos demais argumentos articulados na inicial evidencia a ausência dos requisitos essenciais à incidência desse princípio, pois o que é determinante para o deslinde de controvérsias como a dos autos é o relevo do bem jurídico tutelado em face da específica situação cuidada.

8. Os Pacientes foram abordados *“conduzindo o veículo GMMONZA, de placas IBF 4073, com diversas mercadorias de procedência estrangeira sem documentação comprobatória de regular importação, sendo que, dentre elas, lograram encontrar 9 (nove) cartelas do medicamento ATENIX, com 10 (dez) comprimidos cada, totalizando em 90 (noventa) comprimidos”*.

9. Independente da quantidade do medicamento apreendido, o princípio da insignificância não se aplica em situações como a destes autos. Nesse sentido, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

“HABEAS CORPUS. PENAL. CONTRABANDO.

HC 133234 / PR

INTERNAÇÃO DE PRODUTO TAXATIVAMENTE PROIBIDO EM TERRITÓRIO NACIONAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. REPROVABILIDADE DA CONDUTA. NÃO INCIDÊNCIA. ORDEM DENEGADA. 1. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, para se caracterizar hipótese de aplicação do denominado ‘princípio da insignificância’ e, assim, afastar a recriação penal, é indispensável que a conduta do agente seja marcada por ofensividade mínima ao bem jurídico tutelado, reduzido grau de reprovabilidade, inexpressividade da lesão e nenhuma periculosidade social. 2. Nesse sentido, a aferição da insignificância como requisito negativo da tipicidade envolve um juízo de tipicidade conglobante, muito mais abrangente que a simples expressão do resultado da conduta. Importa investigar o desvalor da ação criminosa em seu sentido amplo, de modo a impedir que, a pretexto da insignificância apenas do resultado material, acabe desvirtuado o objetivo a que visou o legislador quando formulou a tipificação legal. Assim, há de se considerar que ‘a insignificância só pode surgir à luz da finalidade geral que dá sentido à ordem normativa’ (Zaffaroni), levando em conta também que o próprio legislador já considerou hipóteses de irrelevância penal, por ele erigidas, não para excluir a tipicidade, mas para mitigar a pena ou a persecução penal. 3. Assim, por menor que possa ter sido o resultado da lesão patrimonial, a definição da insignificância não descarta a análise dos demais elementos do tipo penal. O contrabando, delito aqui imputado ao paciente, é figura típica cuja objetividade jurídico-penal abrange não só a proteção econômico-estatal, mas em igual medida interesses de outra ordem, tais como a saúde, a segurança pública e a moralidade pública (na repressão à importação de mercadorias proibidas), bem como a indústria nacional, que se protege com a barreira alfandegária. 4. O caso envolve a prática do crime de contrabando de veículo usado, comportamento dotado de intenso grau de reprovabilidade, dados os bens jurídicos envolvidos, o que impede a aplicação do princípio da insignificância. 5. Ordem denegada” (HC n. 114.315, Relator o Ministro Teori Zavascki, DJe 1º.2.2016).

“PENAL. HABEAS CORPUS. CONTRABANDO (ART. 334,

HC 133234 / PR

CAPUT, DO CP). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO-INCIDÊNCIA: AUSÊNCIA DE CUMULATIVIDADE DE SEUS REQUISITOS. PACIENTE REINCIDENTE. EXPRESSIVIDADE DO COMPORTAMENTO LESIVO. DELITO NÃO PURAMENTE FISCAL. TIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA. ORDEM DENEGADA. 1. O princípio da insignificância incide quando presentes, cumulativamente, as seguintes condições objetivas: (a) mínima ofensividade da conduta do agente, (b) nenhuma periculosidade social da ação, (c) grau reduzido de reprovabilidade do comportamento, e (d) inexpressividade da lesão jurídica provocada. Precedentes: HC 104403/SP, rel. Min. Cármen Lúcia, 1ª Turma, DJ de 1/2/2011; HC 104117/MT, rel. Min. Ricardo Lewandowski, 1ª Turma, DJ de 26/10/2010; HC 96757/RS, rel. Min. Dias Toffoli, 1ª Turma, DJ de 4/12/2009; RHC 96813/RJ, rel. Min. Ellen Gracie, 2ª Turma, DJ de 24/4/2009) 2. O princípio da insignificância não se aplica quando se trata de paciente reincidente, porquanto não há que se falar em reduzido grau de reprovabilidade do comportamento lesivo. Precedentes: HC 107067, rel. Min. Cármen Lúcia, 1ª Turma, DJ de 26/5/2011; HC 96684/MS, Rel. Min. Cármen Lúcia, 1ª Turma, DJ de 23/11/2010; HC 103359/RS, rel. Min. Cármen Lúcia, 1ª Turma, DJ 6/8/2010. 3. In casu, encontra-se em curso na Justiça Federal quatro processos-crime em desfavor da paciente, sendo certo que a mesma é reincidente, posto condenada em outra ação penal por fatos análogos. 4. Em se tratando de cigarro a mercadoria importada com elisão de impostos, há não apenas uma lesão ao erário e à atividade arrecadatória do Estado, mas a outros interesses públicos como a saúde e a atividade industrial internas, configurando-se contrabando, e não descaminho. 5. In casu, muito embora também haja sonegação de tributos com o ingresso de cigarros, trata-se de mercadoria sobre a qual incide proibição relativa, presentes as restrições dos órgãos de saúde nacionais. 6. A insignificância da conduta em razão de o valor do tributo sonegado ser inferior a R\$ 10.000,00 (art. 20 da Lei nº 10.522/2002) não se aplica ao presente caso, posto não tratar-se de delito puramente fiscal. 7. Parecer do Ministério Público pela denegação da ordem. 8. Ordem denegada" (HC n. 100.367, Relator o Ministro Luiz Fux, DJe 8.9.2011).

HC 133234 / PR

Na mesma linha, em casos análogos ao presente, as seguintes decisões monocráticas: ARE n. 672.410, Relator o Ministro Celso de Mello, DJe 15.2.2016; HC n. 129.679, Relator o Ministro Edson Fachin, DJe 2.9.2015; RE n. 859.012, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJe 13.5.2015.

10. Para a aplicação do princípio da insignificância, impõe-se a análise não somente do valor material do objeto do crime, mas dos valores ético-jurídicos aproveitados pelo sistema penal para determinar se uma conduta é, ou não, típica para a configuração do delito. É o que descreve, entre outros, José Henrique Guaracy: *“O princípio da insignificância se ajusta à equidade e à correta interpretação do direito. Por aquela acolhe-se um sentimento de justiça, inspirado nos valores vigentes em sociedade, liberando-se o agente cuja ação, por sua inexpressividade, não chega a atentar contra os valores tutelados pelo Direito Penal”* (Princípio da Insignificância. Belo Horizonte: Del Rey, 2000, p. 37).

Na espécie, tem-se o alto grau de reprovabilidade do crime praticado pelos Pacientes, consistente em introduzir em território nacional, entre outras mercadorias, nove cartelas do medicamento Atenix, no total de noventa comprimidos, contendo sibutramina na composição, classificada como substância psicotrópica pela Anvisa, decorrendo daí a expressividade da lesão jurídica causada, pelo que deve ser afastada a incidência do princípio da insignificância.

11. Nesse sentido, o parecer da Procuradoria-Geral da República:

“Dessa forma, o princípio da insignificância não se aplica ao crime de contrabando de medicamento proibido, uma vez que o bem jurídico tutelado é a saúde pública, cuja importância transcende o valor dos medicamentos ou qualquer outra avaliação patrimonial: ‘As condutas elencadas no art. 273 do Código Penal são extremamente graves, necessária enérgica reprovação e repressão’ (HC 119.600, Rel.^a Min.^a Cármen Lúcia). (ARE 848324 AgR/SP, rel. Min. Roberto Barroso, DJ de 31.03.2015)”.

HC 133234 / PR

12. Pelo exposto, voto pela denegação da ordem.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 133.234

PROCED. : PARANÁ

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA

PACTE.(S) : ALTAIR SPARREMBERGER DE OLIVEIRA

PACTE.(S) : MARILENA SPARREMBERGER DE OLIVEIRA

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por votação unânime, denegou a ordem, nos termos do voto da Relatora. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. **2ª Turma**, 10.5.2016.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Deborah Duprat.

Ravena Siqueira
Secretária